

forme de aplicação das reservas concorreria para dificultar ao próprio governo a harmonização de providências que, em determinadas circunstâncias, se tornassem indispensáveis à execução de um programa financeiro de interesse nacional. Quanto a isto, os estudos a que se está procedendo já se acham bem avançados.

Finalmente, a falta de coordenação dos elementos referentes à elaboração dos orçamentos, à escrituração das operações e à confecção dos balanços das autarquias dificultaria o estudo de sua situação econômica e financeira, uma vez que a disparidade, tanto de prazos quanto de formas de apresentação desses elementos, impediria a comparabilidade e o exame em conjunto dos planos de trabalho e dos resultados da sua execução. Um passo decisivo para a coordenação de tais elementos, que permitirá ao Governo proceder regularmente a um exame em conjunto das atividades das autarquias, foi dado com a expedição do decreto-lei n. 5.570, de 10 de junho findo.

Esse decreto-lei determina que todas as entidades autárquicas já instituídas ou que venham a ser instituídas pelo Governo Federal ficam obrigadas a apresentar, anualmente, até 30 de setembro, ao órgão encarregado da elaboração do Orçamento Geral da República as respectivas propostas orçamentárias e, até 31 de março, os respectivos balanços relativos ao exercício anterior. Os orçamentos e balanços das autarquias serão publicados em seções anexas ao Orçamento da União e ao Relatório da Contadoria Geral da República. A Comissão de Orçamento, que presentemente está encarregada de elaborar o Orçamento Geral da União, expedirá as instruções e promoverá os estudos concernentes à padronização dos critérios gerais e das formas especiais de que se deverão revestir os orçamentos, balanços e demonstrações das contas das entidades autárquicas.

Ao submeter o referido decreto-lei à sanção do Sr. Presidente da República, o D.A.S.P., entre outras razões justificativas de sua oportunidade, acentuou que a coordenação e padronização dos orçamentos e balanços das autarquias não implicam em modificar o sistema de controle a que elas estão sujeitas, nem impõem como consequência a adoção pelas referidas entidades das normas de administração aplicáveis às repartições públicas. É claro, porém, que os estudos que se fizerem a respeito das normas e da estrutura formal que vierem a orientar a elaboração daqueles orçamentos e balanços poderão conduzir os trabalhos no sentido de encontrar-se um sistema de controle diferente do que é observado atualmente em cada uma das autarquias.

Esclareceu, ainda, o D.A.S.P. que a padronização não quer dizer redução dos orçamentos e balanços a um só modelo para todas as autarquias. Haverá tantos padrões quantos forem os tipos de autarquias idênticas ou congêneres. Onde houver características singulares serão estas respeitadas e determinarão evidentemente modelos próprios.

O principal fundamento da coordenação dos orçamentos e balanços das autarquias é fazê-los aprovar e publicar na mesma época e em conjunto com os orçamentos e balanços federais, porque, embora as autarquias sejam amparadas por princípios de autonomia aziendal que as libertam das leis que regem a organização e o funcionamento das repartições públicas propriamente ditas, não se acham elas excluídas do patrimônio federal, que é um só e indivisível e sobre o qual o Sr. Presidente da República exerce a plenitude de seu poder de gerência, definido no art. 73 da Constituição. Na oportunidade que lhe é dada para ordenar a publicação dos orçamentos das autarquias juntamente com o Orçamento Geral da União, poderá o Senhor Presidente da República examiná-los e determinar as modificações que julgar necessárias à harmonização das providências exigidas pela política financeira governamental.

Associação dos Servidores Cívís do Brasil

Uma agremiação de âmbito nacional

A reunião levada a efeito no dia 7 de junho último, no Pavilhão do D.A.S.P., à Avenida Presidente Wilson, para aprovação dos estatutos, escolha do nome e eleição da primeira diretoria do clube de servidores civís recentemente fundado nesta ca-

pital, constituiu um acontecimento de grande repercussão social, especialmente entre os elementos da numerosa classe. Como se sabe, a novel agremiação terá âmbito nacional, acolhendo em seu seio todos os servidores civís do Brasil, quer sejam fe-

derais, estaduais, municipais, de entidades autárquicas ou de sociedades de economia mista. Os objetivos que pretende realizar — e certamente realizará — consistem em estimular a união e a solidariedade entre o funcionalismo do país, promover o desenvolvimento intelectual e artístico dos seus associados e famílias, proporcionar-lhes a prática da cultura física e manter intercâmbio cultural com outras instituições congêneres do país e do estrangeiro.

A reunião se caracterizou por um vivo interesse da parte da numerosa assistência presente e pela extrema cordialidade com que correram os debates. Todos os objetivos para que fôra convocada foram plenamente atingidos.

Por proposta do consócio Luiz Simões Lopes, aclamada pela assembléia, os trabalhos foram coordenados pelo Sr. Paulo Lira, que deu cabal desempenho à tarefa que lhe foi atribuída.

Pôsto em discussão o ante-projeto de estatutos apresentado pela comissão organizadora designada na reunião preliminar de 8 de fevereiro passado, foram apresentadas à mesa apenas oito emendas, o que muito recomenda o trabalho da referida comissão.

Aprovados os estatutos, após haver a assembléia se manifestado sobre as emendas apresentadas, passou-se à discussão do nome que deveria ter o novo grêmio. Os debates em torno do assunto revelaram o alto interesse com que o funcionalismo acolheu a sua fundação. Surgiram várias propostas a respeito, sendo afinal aprovado o nome de *Associação dos Servidores Cívís do Brasil*.

Dando início à votação da diretoria provisória, que dirigirá a Associação até o próximo dia 28 de outubro, quando deverá tomar posse a primeira diretoria definitiva, a ser eleita, o Sr. Paulo Lira propôs os nomes do Presidente Getulio Vargas, o grande benfeitor do funcionalismo nacional, para Patrono, e do Sr. Luiz Simões Lopes, para Presidente de Honra da Associação dos Servidores Cívís do Brasil. Ambas as propostas foram aprovadas por aclamação, sob entusiástica e prolongada salva de palmas.

Assumindo então a direção dos trabalhos, o Sr. Luiz Simões Lopes declarou-se sumamente sensibilizado com a escolha de seu nome para Presidente de Honra, o que lhe proporcionava o ensêjo de presidir os trabalhos iniciais da Associação dos Servidores Cívís do Brasil.

A seguir, foi posta em discussão a maneira de ser eleita a diretoria. Por proposta de um dos con-

sócios, que mereceu aprovação unânime da assembléia, foi atribuída ao Presidente de Honra a indicação dos nomes que iriam constituir a diretoria provisória da novel agremiação. O quadro apresentado à assembléia pelo Sr. Luiz Simões Lopes e que foi calorosamente aclamado compõe-se de nomes de indiscutível relêvo na classe, todos êles possuidores das melhores credenciais de cultura, operosidade e devotamento ao serviço público. São os seguintes: *Presidente*: João Carlos Vital, M.T.; *1.º Vice-Presidente*: Rafael Xavier, M.A.; *2.º Vice-Presidente*: Paulo Vidal, D.I.P.; *1.º Secretário*: Augusto Bulhões, M.F.; *2.º Secretário*: Paulo de Tarso Leal, M.F.; *1.º Tesoureiro*: Osvaldo Carijó de Castro, M.T.; *2.º Tesoureiro*: Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, M.F.; *Diretor do Departamento Social*: Lídia de Queiroz Sambaquí, M.E.S.; *Vice-Diretor*: Ibaní da Cunha Ribeiro, D.A.S.P.; *Diretor do Departamento de Intercâmbio*: Mario Paulo de Brito, M.E.S.; *Vice-Diretor*: Fernando Tude, M.E.S.; *Diretor do Departamento de Propaganda*: Alfredo Nasser, D.A.S.P.; *Vice-Diretor*: Maciel Pinheiro, P.D.F.; *Diretor do Departamento Musical*: Heitor Vila-Lobos, M.E.S.; *Vice-Diretor*: Ana Carolina, M.E.S.; *Diretor do Departamento Literário*: José Lins do Rego, M.F.; *Vice-Diretor*: Maria Junqueira Schmidt, P.D.F.; *Diretor do Departamento Esportivo*: Celio de Barros, M.A.; *Vice-Diretor*: Jarbas Ferreira Deschamps, M.F.; *Conselho Fiscal*: Cincinato Ferreira Chaves, M.J.N.I.; Claudionor Lemos, M.F.; Fernando Augusto de Almeida Brandão, M.V.O.P.; Maurício Nabuco, M.R.E.; Paulo Filho, P.D.F.

FALA À IMPRENSA O PRESIDENTE DE HONRA DA A.S.C.B.

A propósito da fundação da Associação dos Servidores Cívís do Brasil, nossos colegas de *A Manhã*, em sua edição de 11 de junho último, publicaram uma entrevista que lhes concedeu o Sr. Luiz Simões Lopes, Presidente de Honra da referida Associação, e cujos principais trechos passamos a transcrever:

“Reina um grande entusiasmo entre os servidores públicos brasileiros, com a fundação de uma sociedade cultural e recreativa, que se apresenta com um belo plano de conagração e intercâmbio entre os membros dos quadros funcionais de todo o território nacional. Afim de saber algo mais a respeito da novel instituição, o repórter dirigiu-se ao Dr. Luiz Simões

Lopes, presidente do D.A.S.P., que não se negou a satisfazer a nossa curiosidade, falando sobre o assunto e expressando a alegria que sentia em ver realizada a sua velha idéia de uma associação que reunisse fraternalmente os servidores públicos.

Na palestra com o Dr. Luiz Simões Lopes, tivemos oportunidade de sentir o alto grau de estima que o ilustre patricio dedica ao funcionalismo público.

— “A grande coletividade dos servidores do Estado — disse-nos êle, iniciando a palestra — é rica dos mais interessantes tipos humanos e das mais destacadas personalidades. Todos os setores de atividade artística, intelectual, científica e manual, fazem-se representar na família funcional por apreciável número das suas figuras mais representativas. Escritores, musicistas, pintores, jornalistas, educadores, médicos, engenheiros, advogados, todas as expressões das forças espirituais da nação, como a representação de todas as atividades manuais que honesta e operosamente constroem o futuro da pátria, fazem parte dos quadros dos servidores públicos, revestindo de vida palpitante e dinâmica o ambiente das repartições, e destruindo a lenda que afirmava ser o funcionário uma criatura automática, parada, sem relêvo, sem significação.

Devo dizer que há muito sonhava com uma instituição que viesse reunir êsses magníficos elementos dispersos pelas múltiplas secções do corpo funcional brasileiro, realizando uma obra de aproximação e conhecimento, de nítido sentido patriótico. Estamos agora no início dessa realização. Os funcionários já têm a sua sociedade, que se apresta para cumprir um vasto programa de assistência e cultura, no sentido de elevar cada vez mais o honroso título de funcionário público.

Em seguida, o Presidente de Honra da A. S. C. B. deu ao repórter de *A Manhã* detalhadas informações a respeito da reunião do dia 7. Referindo-se à diretoria eleita, assim se expressou :

“Como vê, são todos nomes de grande projeção no seio da classe. Aliás, o difícil foi escolher, entre tantas figuras brilhantes, o resumido número dos componentes da diretoria”.

E concluindo sua entrevista :

“Assim, pois, está fundada a Associação dos Servidores Cívicos do Brasil e com a sua diretoria eleita. Tem diante de si uma existência a preencher com as mais patrióticas atividades, em prol dessa grande classe que tão bem se integrou nos postulados do Estado Nacional, colaborando com o Presidente Vargas para que o Brasil atravesse esta tumultuosa fase do seu destino e venha a realizar no mundo do após-guerra o seu papel de nação forte, respeitada, justiceira e acolhedora”.

UMA ENTREVISTA DO PRESIDENTE ELEITO

Ainda de *A Manhã*, edição de 16 de junho findo, transcrevemos a seguinte entrevista, concedida

pelo Sr. João Carlos Vital, Presidente eleito da A. S. C. B. :

“No Instituto de Resseguros do Brasil, o repórter encontrou o Dr. João Carlos Vital, eleito presidente da Associação dos Servidores Cívicos do Brasil, recentemente fundada. À nossa pergunta sobre os planos dessa sociedade, cuja instalação alcançou tanta repercussão na grande classe dos funcionários públicos, tivemos o prazer de receber uma interessante resposta, cujo resumo transmitiremos aos nossos leitores.

O SENTIDO DO MOVIMENTO

— O momento que vivemos — declarou de início o Dr. João Carlos Vital — justifica como nenhum outro a criação de núcleos, onde os elementos de determinada classe se possam reunir, estreitando entre si os laços de amizade e trabalhando em conjunto para o aperfeiçoamento moral, físico e intelectual de cada um.

Atravessamos uma fase em que a criatura humana, depois de ter sentido periclitlar no mundo a noção da coletividade no seu melhor sentido, que é o da união, da cordialidade, do respeito ao próximo, pode medir em toda a sua extensão o valor do que ia perdendo, e procura por todos os modos restabelecê-lo na sua legítima pureza.

Estamos numa fase especial da História americana, na época da boa vizinhança. A guerra, a maior que a humanidade já viu até hoje, veio pôr em evidência a indestrutibilidade dos princípios associativos. O homem não pode viver bem, sem praticar os princípios de cooperação com o seu semelhante, ajudando-o e sendo ajudado por êle.

Enquanto o Brasil, externamente, trata das diretrizes da colaboração com as nações que comungam nesses ideais vai realizando interiormente a mesma sadia política de boa vontade.

Mais do que nunca, precisam os brasileiros de se unirem, de trabalharem norteados pela inspiração que nos sugeriu a clarividência do presidente Vargas. Tudo o que se realizar nesse sentido terá um bom rendimento, pois além de servir ao Brasil no seu esforço de guerra, deixará caminhos abertos para as construções da paz, que há-de vir com a vitória dos que lutam pela justiça e pela liberdade. Assim, a Associação dos Servidores Cívicos do Brasil nasceu em boa hora, no momento exato em que as suas iniciativas irão ecoar fortemente no âmbito nacional.

Reunindo os numerosos servidores públicos, federais, estaduais, municipais, dos territórios, do Distrito Federal, das entidades para-estatais e das sociedades de economia mista, a Associação propõe-se a realizar vastas atividades de intercâmbio, assistência e cultura, procurando desenvolver a capacidade intelectual dos associados e famílias, incentivando entre os mesmos a prática da cultura física, e mantendo contacto com as congêneres nacionais e estrangeiras”.

APROVEITANDO OS VALORES DE CULTURA E INTELIGÊNCIA

Prosseguindo, disse o Dr. João Carlos Vital :

— “A Associação virá movimentar todos os setores dos quadros funcionais do país, no sentido de conhecimento e colaboração entre todos.